



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024. (Do Senhor Deputado Kiko Celeguim)

Requer o envio de convite ao senhor VINICIUS MARQUES DE CARVALHO para apresentar as perspectivas de sua gestão na Controladoria-Geral da União, e prestar esclarecimentos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam tomadas providências para convidar o Exmo. Ministro Vinicius Marques de Carvalho para apresentar as perspectivas de sua gestão na Controladoria-Geral da União, e prestar esclarecimentos a respeito dos indícios de irregularidades na utilização de recursos públicos por parte da gestão do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro à frente do Governo Federal (de 2019 a 2022).

JUSTIFICAÇÃO

É extensa a lista de indícios de irregularidades na utilização dos recursos públicos por parte da gestão do ex-Presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro. O noticiário mais recente registra, em inúmeros veículos de imprensa, algumas situações rumorosas que apontam para a malversação dos recursos públicos.



* C D 2 4 6 7 6 9 0 4 0 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP

Apresentação: 05/04/2024 15:09:47.937 - CFFC

REQ n.81/2024

De acordo com as informações publicadas na imprensa (Agência Brasil, Valor Econômico, G1, Jovem Pan, Congresso em Foco, Metrópoles, Rede Brasil Atual, entre outros), relatórios de auditoria elaborados pela Controladoria-Geral da União (CGU) sinalizam a ocorrência de distorções contábeis da ordem de R\$ 202 bilhões somente no último ano do governo Bolsonaro (2022).

O montante supera em muito o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para 2024 em diversas áreas, como o total destinado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de R\$ 54 bilhões, o volume de investimentos federais, de R\$ 73,2 bilhões, ou mesmo o orçamento total para o Programa Bolsa Família em 2024, de R\$ 170 bilhões.

Tais desvios teriam ocorrido em cinco ministérios, indica a CGU. Para se ter uma ideia da gravidade da situação:

1. No Ministério da Agricultura, a CGU encontrou inconsistências de R\$ 142,9 bilhões, com a maior parte (R\$ 134 bilhões) relacionada a falhas contábeis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
2. No Ministério da Educação, os problemas perfazem R\$ 17,1 bilhões, com demonstrações que “não refletem a situação patrimonial, o resultado financeiro e os fluxos de caixa”, sendo R\$ 782 milhões apenas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies);
3. No Ministério da Saúde, as inconsistências totalizam R\$ 15,9 bilhões, decorrentes especialmente da má gestão e controle de medicamentos;
4. No Ministério da Cidadania, são R\$ 6,3 bilhões identificados como falhas em controles de pagamento aos beneficiários dos programas Auxílio Brasil e Auxílio Gás, com problemas em estornos, erros de cálculo nos valores, benefícios não sacados e autorizações de pagamento a famílias que



* C D 6 7 6 9 0 4 0 4 0 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP

Apresentação: 05/04/2024 15:09:47.937 - CFFC

REQ n.81/2024

não se enquadram nos requisitos para acessar o benefício; e,

5. No antigo Ministério da Infraestrutura, as distorções somam R\$ 20,3 bilhões.

Em todos os casos, a CGU recomendou o aprimoramento dos controles internos e a correção das distorções identificadas.

Mas as irregularidades não se limitam a essas pastas. Alguns meses depois, a mesma CGU identificou novos indícios de desvios milionários (R\$ 6 milhões) da gestão do Sr. Jair Bolsonaro no contrato de R\$ 82 milhões firmado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para aquisição de um sistema informatizado de monitoramento da operação de carros-pipa na região Nordeste do país. De acordo com a Controladoria, o Ministério já havia comprado o sistema anteriormente por R\$ 900.000. Há também suspeitas de direcionamento das compras na pasta para favorecimento de determinadas empresas.

Não bastasse tal gravidade no trato da coisa pública, a mesma CGU concluiu, no início deste 2024, ser fruto de falsificação o registro de imunização contra o coronavírus presente no cartão de vacinação do Sr. Bolsonaro. Foi esse trabalho da CGU que permitiu a deflagração da Operação Venire, pela Polícia Federal, que revelou ainda a ligação de agentes públicos federais e municipais e do tenente-Coronel Mauro Cid, ex-Ajudante de Ordens do Sr. Jair Bolsonaro.

Registre-se, finalmente, que por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, as investigações abertas na Corte contra o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro foram compartilhadas com a Controladoria-Geral da União (CGU), sem o conteúdo das delações premiadas. São apurações conduzidas para esclarecer os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023; a fraude nos cartões de vacina; as joias





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP

Apresentação: 05/04/2024 15:09:47.937 - CFFC

REQ n.81/2024

doadas pela Arábia Saudita; o uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionagem de jornalistas, opositores e até aliados políticos do ex-Presidente da República; a interferência da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas eleições de 2022; e, a atuação de milícias digitais que operaram na difusão de fake news e ataques à democracia brasileira.

Como se percebe, há vasto conteúdo de interesse público e necessidade de apuração desses indícios de irregularidades por parte da Controladoria-Geral da União. Cabe à CGU, órgão diretamente ligado ao Poder Executivo Federal, a responsabilidade pelo controle interno das ações do Executivo. A finalidade, competência e razão de existir da CGU é se debruçar sobre os assuntos relacionados à ouvidoria, à execução de programas de governo, à defesa do patrimônio público, à prevenção e combate à fraude e à corrupção.

De outra parte, compete a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, entre outras atribuições, realizar o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal.



* C D 2 4 6 7 6 9 0 4 0 4 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP

Assim, é de interesse público e atribuição dos integrantes desta Comissão o esclarecimento dos indícios de irregularidades supracitadas à luz do trabalho conduzido pela Controladoria-Geral da União em sessão própria para tal finalidade.

Apresentação: 05/04/2024 15:09:47.937 - CFFC

REQ n.81/2024

Sala da Comissão, em de de 2024.

KIKO CELEGUIM
Deputado Federal (PT/SP)



* C D 2 4 6 7 6 9 0 4 0 4 0 0 *



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 337 | CEP 70160-900 - Brasília/DF

Tels (61) 3215-5337/3337 | dep.kikoceleguim@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> 20240703040400

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kiko Celeguim